

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NA FAZENDA MALHADA GRANDE, SANTA QUITÉRIA – CE: Os Bragas em preto e branco

Paulo Henrique de Souza Martins *

Resumo: O artigo discorre sobre as relações sociais experimentadas por escravos e senhores da fazenda Malhada Grande, atualmente distrito de Santa Quitéria - CE. A discussão é feita com base nas memórias sobre a escravidão no lugar, e, com o diálogo que estabelecemos entre essa fonte e os registros de nascimento e casamento da Paróquia de Santa Quitéria, depositados no Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral. O sobrenome “Braga” é o principal fio condutor da discussão. Ele é o elemento simbólico comum entre as famílias de origem senhorial e as de origem escrava. É, nesse sentido, objeto de reflexões e instrumento de poder localmente falando. Violência sexual contra as escravas, embates simbólicos e identitários, coisificação, ascensão social de descendentes de escravos, são alguns dos elementos que constituem o conjunto das lembranças vivificadas nas entrevistas.

Palavras-chave: Memória da Escravidão; Família Braga; Fazenda Malhada Grande

Abstract: The article talks about the social relationships tried by slaves and landowners from the Malhada Grande farm, now district of Santa Quitéria - CE. The discussion is based on the memoirs about the slavery in the place, and, with the dialogue that we established between that source and Santa Quitéria's Parish birth and marriage registrations, deposited in the File of the Cúria Diocesana de Sobral. The family name "Braga" is the main character of the discussion. He is the common symbolic element between the landowner's families and the slave's ones. It is, in that sense, object of reflections and local power instrument. Sexual harassment against the woman slaves, symbolic and identity conflicts, human degradation, slaves' descendants' social ascension, they are some of the elements that constitute the group of the memories vivified in the interviews.

Keywords: Memory of the Slavery; Family “Braga”; Farm “Malhada Grande”

Situada entre os rios Jacurutu e Groaíras, ambos afluentes do rio Acaraú, no norte do Ceará, a antiga fazenda Malhada Grande é o espaço geográfico em que se situam as histórias que desenvolveremos nesse artigo. Pesquisas que fizemos na coleção de Datas de Sesmarias do Ceará, informam que a ocupação colonizadora pelo rio Jacurutu, se dera por volta do primeiro quartel do século 1700. São quatro as Datas que encontramos, sendo que três estão do período acima indicado.¹

De momento, cabe salientar que antiga fazenda Malhada Grande juntamente com outras tantas suas vizinhas se constituíram como espaços onde ocorreu a escravidão. Desde

* Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral – CE. Pós-graduando em História do Ceará pela mesma IES.

¹ Para documentos referentes a penetração de sesmeiros pelo rio Jacurutu cf. **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**. “Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928”. Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Media, 2006. (Coleção Manuscritos, v. 03). CD-ROOM 2.

esse tempo da escravidão a família Braga é majoritária na posse das terras e em influência política e econômica naquela região.

1 BRAGAS: UNIDOS PELA “FIRMA”, SEPARADOS PELA COR

Um nome, ou, sendo mais específico, um sobrenome, pode gerar intensos debates de cunho identitário. Tal é a tese que levanto e defendo nas linhas seguintes. A pesquisa sobre a memória do cativo negro a partir da oralidade, nos revelou de maneira até surpreendente, uma recorrência em torno da divisão dos sujeitos que carregam o sobrenome Braga na região já apontada anteriormente. As entrevistas nos permitem afirmar que essa cisão opera tanto em nível social e econômico, em que uns detêm situações diversas das dos outros; quanto em termos do imaginário, da representação, da identificação, que nascem do sobrenome Braga que se tem. Imaginário projetado sobre uma família, representação social que dela se faz, identidade étnica, são elementos que enxerguei nas memórias, mas que ao mesmo tempo me levam a conceitos tão escorregadios e tão sedutores, simultaneamente.

Leitores, tentemos juntos desenvolver essas conjecturas. De início, as entrevistas nos indicam que quando é feita alguma referência a família Braga naquela região, constrói-se dentro das lembranças contadas, no íntimo das reflexões inerentes ao ato de narrar, a idéia de que existem os Bragas da família dos fazendeiros, os brancos; e os Bragas negros e de outras matizes, não-brancos por assim dizer, nascidos das escravas dos primeiros. Eis a constatação que observei.

Entretanto, antes de chegarmos às memórias alheias é preciso que conheçamos, mesmo que rapidamente, nossos entrevistados. Aos poucos apresentar-lho-eis. Simplício Braga, na experiência dos seus 88 anos, é agricultor aposentado, sente-se orgulhoso da família que tem. Simplício Braga, como veremos, é bisneto de Domingos Braga, senhor de escravos e proprietário da fazenda Malhada Grande.

Discorrendo sobre a família, o entrevistado informa-me que “O Aécio tá escrevendo um ‘Clã da família Braga’ diz ele que quando acabar de fazer vai fazer dos negro [Bragas] arrastar a história dos negro. (risos)”² Do comentário em tom de galhofa descortina a idéia de apartamento, de divisão, que havíamos anunciado. Vejamos mais de perto. A história da família Braga, a branca, será trabalhada em um livro, *O Clã da Família Braga*. Já os outros Bragas, os pretos, terão sua história contada em produção independente da primeira, de “arrastão”. Assim, constrói-se muito sutilmente a tese de que os Bragas da Malhada Grande,

² FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, doravante denominado LABOME, 2008. p. 18-19.

não são ou não deveriam ser tratados como “farinha do mesmo saco”. Suas diferenças sociais barram qualquer generalização.

Outra entrevistada, também concordando com o formato branco/preto na família Braga, também contribui com a discussão trazendo informações sobre tal assunto. Dona Geli Martins conta que sua bisavó materna era prima em primeiro grau de Júlia Braga, e esta por sua vez era avó adotiva da entrevistada e neta de Domingos Braga. Foi por intermédio da avó Júlia Braga que dona Geli soube das histórias do velho fazendeiro escravocrata.

*(...) Aí foi o tempo do escravidão né aí foi que depois que terminou o escravidão ainda voltou, voltou nego pra Malhada Grande, justamente é por isso que os nego da Malhada Grande se assina como Braga. É por causa do véi Domingos Braga. Eles são da mesma geração de Braga (...).*³

A origem do sobrenome Braga em uso por parte dos negros, é colocada de forma implícita; decorre esse fato através da ação do próprio do patriarca. Foi sua gula sexual que imprimiu na prole negra seu sangue e seu nome. Antes que me repreenda prezado leitor, convém esclarecer que todos — sem exceção — todos os entrevistados foram unânimes sobre essa característica: a geração negra que carregou o nome Braga, não o fez desse modo somente pelo costume dos escravos receberem o sobrenome dos senhores. Assim o foi também, principalmente pelas relações sexuais estabelecidas pelo senhor para com suas escravas. Adiante trabalharemos essa temática. O que queremos evidenciar é justamente a idéia de separação social que existe dentro de um corpo familiar ligado pelo sobrenome, mas diversificado pela trajetória de vida, pelas lembranças que se construíram sobre essas trajetórias.

Agora, conheceremos uma pessoa deveras excepcional. Sentindo-se *uma menina de quinze anos*, apesar de os possuir em maior conta (83), dona Maria Gustavo é neta de escravos. Do avô só sabe o nome, mas conheceu e ouviu muitas histórias contadas pela vovó Rosária. Bem humorada nas duas entrevistas que me concedeu, suas memórias do cativeiro e das *convivências* daquele tempo oferecem elementos para que pensemos numa transmissão oral da memória familiar. Retornando às considerações em torno da apropriação do sobrenome senhorial por parte dos escravos, Maria Gustavo é enfática.

*A família de Braga é família grande é grande tem Braga espalhado nesse mundo todo, agora esses nego aqui é porque era uns nego, as nega véia cativa né deles né aí as nega véia ficaram com essa firma [sobrenome] besta (...) com essa firma de Braga.*⁴

³ MARTINS, Maria Geli. (depoimento, 21/12/2008). Sobral. (LABOME), 2008. p. 09.

⁴ MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. (LABOME), 2009. p. 12.

Em outros termos, a reflexão de dona Maria é a seguinte: as escravas dos Bragas, tiveram filhos deles. Os filhos escravos enquanto pessoas, assumiram o sobrenome senhorial, mas que, os tais, por essa atitude de submissão, são taxados pela entrevistada como “bestas”. O significante *besta* tem um forte teor depreciativo. Logo em seguida dona Maria Gustavo reafirma sua idéia.

*(...) De besta que nego que só [os] nego besta ficaram com essa firma de Braga que Braga eu sei porque os mais véi dizia que essa Braga esses Braga vieram da dessa Bragança (...), saíram de lá corridos tiraram eles de lá porque eles eram ruim.*⁵

Subjaz nas considerações de dona Maria o forte condicionante simbólico que o sobrenome representa. Os Bragas, pelo menos os mais antigos, no seu refletir, não poderiam ser boas pessoas haja vista terem sido expulsos de Bragança por serem ruins. De posse dessas informações, creditada aos mais velhos da família (*eu sei porque os mais véi dizia*), porque os escravos não se libertaram de tal estigma negando Braga e adotando outro sobrenome? Eis uma pergunta que, imagino, aflora dos seus pensamentos.

Um acontecimento vivido por dona Maria, ilustra bem o quão o sobrenome, enquanto representação de uma família, como elemento de uma memória familiar ou identidade social, pode ser objeto de conflito. Nesse caso, será a outra parte, diga-se os Bragas pelo lado senhorial, que farão suas perguntas em torno da apropriação do sobrenome. Tudo começa com uma carta endereçada ao pai de dona Maria. Ela, estando na casa de Abílio Braga, que era neto de Domingos Braga, recebeu a carta lá. Não sabendo ler, pede que uma filha do anfitrião a leia. Foi quando surgiu o mote para o debate. Vejamos:

*Aí eu disse assim “cumade Ilta agora aproveita de... pode ler essa carta aqui pra mim escutar?”. Aí foi, leu a carta aí a gente falou no Gustavo Braga de Mesquita aí a dona Ilta⁶ disse assim “Ainda mais esse povo tem uma história de... esses nego tem uma moda de se assinar com Braga, com Braga, eu não sei por que esses nego tem essa besteira que eles não tem nada com Braga, tem nada com Braga”.*⁷

Certamente, quando dona Nazaré opôs a vinculação de um negro com o sobrenome Braga, o que se tentava fazer era desrelacioná-lo com a família Braga branca, ou mesmo apontar que somente os Bragas brancos eram os legítimos detentores do sobrenome. Luta simbólica? Talvez. O que não dá pra disfarçar é o fato de que o uso e a apropriação do sobrenome por parte dos negros, não se deu de forma harmônica nem para um lado nem para o outro.

⁵ MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. (LABOME), 2009, p. 13

⁶ Na verdade, quem faz os comentários contidos nas aspas adiante, é Nazaré Braga e não Ilta como erroneamente dona Maria disse ao narrar a história. Percebeu isso em momento posterior. Para preservar a semelhança na citação, empreguei da forma com foi dita à principio.

⁷ MESQUITA, Maria Gustavo. (depoimento, 17/01/2009). Sobral. (LABOME), 2009. p. 08-09.

O desfecho porém, nascido da inquietude de dona Nazaré, aponta certamente para algo que ou era desconhecido por ela, ou negligenciado, o que ao fim e ao cabo resulta na mesma impressão: a de que eles, os brancos, não consideravam as circunstâncias que levaram a esse fato de que o sobrenome não era somente deles.

*Aí eu respondi assim “Dona Nazaré, ‘cê’ sabe por que é que esses nego se assina assim? É por que os branco os Braga nunca se deram ao respeito. Botavam um nega véia, uma escrava véia uma nega dentro de casa pra torrar um café, pra pelar um arroz um mi [milho] pra elas e eles não deixavam... doidin pra fazer o mal às nega véia aí puxavam pela espada e elas pediam ‘pelo amor de Deus, me deixe meu senhor, não faça umas coisa dessa não senhor...’ chorando pedindo pelo amor de Deus pra elas num... pra eles não fazer nada com elas. E eles ficavam [dizendo que] se não se assujeitasse matavam elas, matava, se elas não se assujeitasse, e as nega véia coitadinha não queriam morrer o jeito que tem [teve] foi se assujeitarem, se assujeitavam, e aí impestou aqui a Maiada Grande desses Braga véi, Braga véi sem vergoin [vergonha] que não respeitava as nega véia”.*⁸

Fazer o mal, empestar, são expressões que dona Maria utiliza para falar da violência sexual e das conseqüências desta. Percebe-se que possuir o sobrenome Braga não era o intento das escravas por eles violentadas, mas que, sob ameaça de morte, não poderiam agir de outro modo. Vale a pena acompanharmos o resto dessa história

*[...] eu que respondi pra dona Nazaré assim “o que é que elas [as escravas] podiam fazer? por que elas não queriam aceitar e eles queriam matar elas o que é que as pobrezinha... ou chorando ou não se entregaram a eles, se entregavam nem que não quisessem, contra a vontade, mas coitadinhas, pra não morrer se assujeitavam e aí ficou, saiu grávidas, impestaram, os Braga véi impestaram as nega véia. Raça de nego aqui é impestado de Braga, sangue de Braga. “Não fique com raiva não dona Nazaré que é porque eles que não prestaram, não foi as nega véia não porque elas não iam procurar eles, eles é que iam matar se não se assujeitasse a eles. As pobrezinhas eram o jeito...” O que eu respondi pra dona Nazaré foi isso, na casa dela. [Ela] Calou-se e não disse mais nada.*⁹

Imaginemos a situação criada nesse momento. Se os negros da Malhada Grande também carregavam o sangue de Braga, tal fato se devia a falta de vergonha e de respeito por parte destes para com as escravas de sua posse. O argumento usado por dona Maria Gustavo, nos dá margem a crer na existência de um processo de identidade étnica-familiar própria. *Se somos Bragas, não foi por nossa convivência, mas por dominação social e ameaça a vida* poderia ponderar convictamente em seus próprios termos a descendente de escravos.

A própria comisseração presente na fala de dona Maria quando se reporta às violências sofridas por suas ascendentes, é demonstrativo de tratar-se de uma narrativa, de uma história que veio sendo transmitida ao longo de gerações.

⁸ MESQUITA, Maria Gustavo. (depoimento, 17/01/2009). Sobral. (LABOME), 2009. p. 08-09.

⁹ MESQUITA, Maria Gustavo. (depoimento, 17/01/2009). Sobral. (LABOME), 2009. p. 09-10.

2 BRAGAS EM PRETO E BRANCO

Assim poderiam ser tachados os filhos e filhas das escravas que tivessem filhos dos seus senhores. Brancos de pai, pretos de mãe. De todo modo Bragas.

Gilberto Freyre em seu clássico estudo sobre a formação da família patriarcal brasileira, discute em um amplo capítulo intitulado “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”, a problemática das relações entre senhores e escravas. Segundo ele

Não eram as negras que ia, esfregar-se pelas pernas dos adolescentes louros; este é que, no sul dos estados Unidos, como nos engenhos de cana do Brasil os filhos dos senhores, criavam-se desde pequenos para garanhões. Ao mesmo tempo em que as negras e mulatas para “ventres geradores”. (FREYRE, 2001: 430)

Demonstrando que as relações entre senhores e escravas estarem, a grosso modo, inseridas num sistema cultural mais amplo em que os aspectos econômicos tinham papel preponderante, Gilberto Freyre argumenta que a organização da sociedade brasileira, escravista e patriarcal, era o principal motivo para a “promiscuidade sexual” dos escravos. Conclusão passível de críticas por que, se colocou a “culpa” da “sexualidade” escrava nas estruturas sociais, também retirou do escravo qualquer elemento de autonomia e consciência sobre seus atos, como se esses agissem sob “forças imperiosas” externas à sua influência.

Se Gilberto Freyre observou o domínio sexual do senhor branco na sociedade colonial, também encontramos caracteres semelhantes nas memórias do cativo da fazenda Malhada Grande. Nesse sentido, dona Geli informa que

A mãe Júlia Braga me contava do avô dela né que tinha uma nega véia dentro de casa e a mulher dele, aí todos os anos, a nega véia tinha um filho (...). Aí diz que quando os filho tava assim “crescidin” ele pegava e levava pra vender no Maranhão, trocar por foice por enxada (...).¹⁰

Vendendo os próprios filhos “ilegítimos” como se dizia à época, Domingos Braga exercia assim, a função de procriador da prole escrava; fomentava sua própria economia trocando os filhos por instrumentos agrícolas. Simplício Braga, em seu depoimento dá conta do mesmo procedimento por parte do seu bisavô. Apesar de não mencionar a respeito de comercialização de escravos, confirma terem eles parte na família senhorial.

Felipa “veia” que era nega escrava que teve vinte e dois filhos. Essa nega teve vinte e dois filhos e a mulher dele [Domingos Braga] teve treze, a mulher legítima. (...) Essa família dessa negra, diziam que uma grande que uma grande parte era filha dele, era dele.¹¹

Mas, o que poderíamos pensar sobre essa relação de concubinato na fazenda Malhada Grande? Como se davam as relações interpessoais dos sujeitos aí envolvidos? Vimos

¹⁰ MARTINS, Maria Geli. (depoimento, 21/12/2008). Sobral. (LABOME), 2008. p. 08.

¹¹ FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. (LABOME), 2008. p. 15.

já, muito embora que rapidamente, a partir das memórias de dona Maria Gustavo, que tais relações entre senhores e escravas não aconteciam sob prisma da harmonia. Muito pelo contrário, somente ao custo da pressão que as escravas “se entregavam” aos desejos sexuais dos senhores. Sobre a reação de ver os próprios filhos sendo levados para terras distantes, dona Geli reproduz aquilo que sua vó adotiva falava nesse sentido. “(...) aí a nega véia ficava chorando e ele dizia assim ‘chora não nega véia que para o ano vem outro’ e era assim porque todos os anos ela tinha né aí a nega véia teve vinte e tanto e a mulher dele vinte e tanto”.¹²

Sensivelmente indignada com a situação que experimentaram suas parentas do tempo do cativeiro, dona Maria assim expressa as adversidades porque passaram:

*(...) eu alcancei a minha vó falando dizendo dizia muito que quando elas viam um desses, eu acho que era um tal de Josino Braga, Josino, [...], aí diz que quando as nega véia viam eles, coitadinha, choravam corriam se escondendo né e eles... Ora, com medo e eles perseguindo né e as pobrezinha choravam pediam pelo amor de Deus que não fizesse nada com elas não e eles armavam as as traziam aquelas espada horríveis pra fazer medo a elas não é, pra se assujeitarem a eles.*¹³

Essas memórias então, se reportam a um sentido de permanência da opressão. Já não é somente Domingos Braga quem assedia as escravas, mas também seu filho Josino ou quem sabe os irmãos e primos deste, haja vista o uso da terceira pessoa do plural, eles, em referência aos Bragas.

Também Gilberto Freyre percebeu isso em seus estudos citados à pouco. Dialogando com o escritor colonial baiano Vilhena, aponta por intermédio deste que “Succede muitas vezes — diz Vilhena sobre o exemplo dos pais aos filhos — que os mesmos senhores chamados velhos, para distinção dos filhos, são os mesmos que com suas próprias escravas dão maior exemplo às suas próprias famílias.” (VILHENA *Apud* FREYRE, 2001: 425) Ensinam aos filhos sobre o uso do poder e do domínio sobre os corpos escravos, para empregar a constatação de Vilhena em outros vocábulos.

3 RASTREANDO AS LEMBRANÇAS DE UMA FAMÍLIA NEGRA

A existência da escravidão na fazenda Malhada Grande, é confirmada em dois tipos de fontes, a saber, os documentos eclesiásticos e os relatos orais que construímos a partir de entrevistas. Pretendemos dialogar com essas evidências, afim de traçarmos algumas reflexões sobre a vida e as estratégias de vivência dos escravos desse espaço.

Em dia 30 de julho de 1881, na capela de Nossa Senhora Santana da Barra do Macaco aconteceu um batizado. A criança que ingressava na vida cristã aquele dia chamava-

¹² MARTINS, Maria Geli. (depoimento, 21/12/2008). Sobral. (LABOME), 2008. p. 08.

¹³ MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. (LABOME), 2009. p. 23.

se Mariana, de cor preta ou parda (a letra “P” é o único indicativo de sua cor). Filha de Gertudres Pinto de Mesquita, Mariana teve como padrinhos “Pedro escravo de Domingos Je [José] Braga e Paula, escrava do mesmo Braga”.¹⁴ Como Gertrudes não é indicada pelo padre como escrava, nem como liberta, julgo ter sido ela portadora de liberdade. E o que há de interessante nisso, é o fato de ter escolhido para parentesco espiritual para sua filha e para si também, dois escravos, Pedro e Paula, pertencentes ao nosso já conhecido Domingos Braga. É uma situação que foge a regra quando se trata de batizados envolvendo escravos.

Os cativos buscaram estabelecer tais laços de parentesco com outros escravos, libertos, ou proprietários de outros escravos. (...) O compadrio, no entanto, não era um relacionamento restrito a dimensão religiosa, mas estendia sua significação ao campo social. Comparando os batismos de livres e de escravos [Schwartz] percebe que pessoas livres apadrinhavam crianças livres e escravas, mas os cativos só apadrinhavam aquelas de sua mesma condição social (ROCHA, 2004: 47)

Como salienta Ginzburg (1987: 27-28), é justamente em casos que escapolem “ao usual” que se pode compreender as possibilidades, aberturas e limites de uma sociedade. Então, ao menos que a procedência escrava tenha passado despercebida pelo padre, Gertrudes, livre, possuía laços de amizade com os escravos Pedro e Paula. De fato, não podemos nos esquecer que a compreensão do mundo dos cativos perpassa por suas relações com o dos livres, sejam eles integrantes da categoria “pobre-livre”, substancial na configuração social do Ceará; ou, pertencentes às classes mais abastadas dos fazendeiros.

Partindo dessa perspectiva, a solidificação das amizades estabelecidas à pia batismal, deveriam se estender às famílias envolvidas. As famílias dos compadres e comadres comprometiam-se simbolicamente na proteção e ajuda mútuas. Assim, esclarece Vasconcellos quando entende que “Os laços de compadrio e apadrinhamento, embora tivessem como ponto de partida uma ligação de caráter religioso, atingiam o mundo secular e acabavam tendo importante papel junto à população escrava.” (VASCONCELLOS, 2002: 153)

Se tal constatação é considerada quando os laços se estabelecem entre iguais em condição jurídica, quando os padrinhos são os escravos e os afilhados é que são livres, isto é, a relação é invertida, inferimos sobre a possibilidade da inserção do cativo no âmago da sociedade livre; resultado talvez de suas estratégias de vida e negociações estabelecidas com os sujeitos sociais de seu raio de alcance.

Em 27 de julho de 1884, praticamente três anos adiante daquele dia em que batizava-se Mariana, novamente encontramos a mesma Paula na capela da Barra do Macaco, desta vez já livre (mesmo sendo a nova condição não observada pelo padre no assento), levando para o

¹⁴ Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral, doravante denominado ACDS. Livro de Nascimentos da Paróquia de Santa Quitéria n.º 11 (1880-1885), fl. 40.

batismo seu filho Herculano. Paula, livre como já dissemos, tinha por sobrenome Braga Oliveira e teria como compadre Pedro, também Braga Oliveira e como comadre Felícia Braga de Maria, padrinhos que seriam de Herculano daquela data em diante.¹⁵ O leitor pode está se perguntando como sei que essa Paula Braga Oliveira é aquela mesma de três anos anteriores. Responderei com a citação de um diálogo.

PH – Pois é, da Paula você conhece alguma história, alguma coisa?

SB – Eu sei que eu conheci ela, viva, morando na Malhada Grande, era uma casa assim que a gente entra na rua, era a casa da Paula, gostava de fazer festa, esse famiã eu conheci um bocado, mas outros já era espalhado era muito mais velho. Conheci o Zé Braga, o Herculano, conheci o Zé Paulo esse Aprígio, mas tinha o Joaquim Paulo, conheci a Joaquim Paulo tinha um filho que era até militar, soldado, filho da Paula, era uma família muito grande era a Paula.¹⁶

Como se vê, Simplício Braga não só conheceu Paula como também seu filho Herculano. A partir de um assento, confrontando com as fontes orais, podemos confirmar que Paula escrava de Domingos Braga era a mesma Paula Braga Oliveira, e que esta foi alforriada — na prática, tendo em vista a ausência dessa informação no registro do padre — no período que se estende entre meados de 1881 a meados de 1884.

Todavia, as lembranças sobre os filhos de Paula, segundo Simplício Braga, apontam para uma situação de melhoramento na qualidade de vida, haja vista alguns filhos, netos e bisnetos de Paula se destacarem por atuarem em algumas profissões de reconhecimento social. O filho de Joaquim Paulo (certamente uma referência ao nome da mãe) ingressou na carreira militar; Zé Braga foi auxiliar no Cartório da Vila de Entre-Rios, atual Macaraú; um neto de Aprígio tornou-se padre em Cariré.¹⁷

Dona Maria Gustavo, diz que conheceu Paula e suas filhas, e, semelhantemente às lembranças de Simplício, informa sobre a quantidade de filhos teve.

Felícia, Joana, tudo era dessa família da tia Paula. Nega véia Paula que diziam o povo, nega véia Paula. Ela teve ela teve — vi falar né — que ela teve vinte e três filhos esta Paula. (...) Tem raça dela até no Itapagé, nesse mundo todo tem raça dela, de nego da Malhada Grande, nesse mundo todo. Mas eu conheci muito bem ela, das irmã da vovó Rosária né (...).¹⁸

Sobre a condição de concepção dos filhos de Paula, percebemos serem eles “naturais”, ou seja, não ratificados pelo matrimônio eclesiástico. Fato que foi apontado implicitamente tanto por Maria Gustavo quanto por Simplício Braga. Diz assim a primeira: “Essa nega véia que eu to dizendo que teve vinte e três filho. Vinte e três filho nega véia

¹⁵ ACDS. Livro de Nascimentos da Paróquia de Santa Quitéria n.º 11 (1880-1885), fl. 158.

¹⁶ FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. (LABOME), 2008. p. 14.

¹⁷ FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. (LABOME), 2008, p. 11;14. (Grifo meu)

¹⁸ MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. (LABOME), 2009. p. 26.

Paula. Nunca casou-se e teve vinte e três filho.”¹⁹ Desse modo se expressa o segundo: “A Paula teve, parece [que] teve bem uns quinze filhos, era uma mulher solteira mas tinha filho demais”²⁰

Então, pesquisas nos arquivos civis e eclesiásticos, em que sejam confrontados documentos de batismos, casamentos e óbitos, poderão lançar luzes sobre a família de Paula e suas trajetórias. Porquanto ainda não podemos realizar tal estudo, apenas levantamos a hipótese de que tendo uma quantidade de filhos que pressupunha algo em torno de uma década e meia entre gestações e partos, Paula poderia não ser “casada” legalmente, mas ter uma relação de matrimônio consensual, em que por algum motivo o consorte não era explícito aos olhos da sociedade local.

A idéia esboçada parte da perspectiva de cotejamento das fontes a partir dos nomes. Segundo Ginzburg, os conjuntos documentais em série, como são os documentos de registro, fornecem “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, [e que] dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.” (GINZBURG, 1989: 175). Em outras palavras, a comparação de nomes próprios com lugares e datas cria — ainda que de forma incompleta — uma “imagem” da sociedade em que um indivíduo ou um grupo deles está inserido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, podemos apontar algumas idéias. Primeiro, existe uma configuração social, baseada nas experiências de vida que separam os Bragas de uma região em duas classes. Segundo, essa separação, mesmo que invisível, é marcada pela tensão e pelo conflito. Terceiro, essas características não se restringem ao passado escravocrata do lugar, reverberando também na própria configuração social contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 43ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “O nome e o como – troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

¹⁹ MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. (LABOME), 2009, p. 13.

²⁰ FARIAS, Simplicio Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. (LABOME), 2008. p.11.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. (Coleção Tempo e Memória – Série Campiniana)

VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. “O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, Século XIX)”. In. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n.º 28, p. 147-178, 2002.